



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

DECRETO Nº 17.641 DE 30 DE ABRIL DE 2025

Regulamenta o Fundo Especial para Gestão da Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos (FETMRS), criado pela Lei Complementar nº 171, de 13 de dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BEBEDOURO, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 13 de dezembro de 2024, e na Lei Municipal nº 5.757, de 15 de abril de 2025,

DECRETA:

CAPÍTULO I DO FUNDO E SUAS FINALIDADES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a organização, a administração e o funcionamento do Fundo Especial para Gestão da Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos (FETMRS), instituído pelo Art. 16 da Lei Complementar nº 171/2024.

Art. 2º O FETMRS tem por finalidade exclusiva prover recursos para o financiamento das ações relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos urbanos no Município de Bebedouro, em conformidade com o art. 17 da Lei Complementar nº 171, de 2024, vedada sua utilização para fins diversos ou não diretamente relacionados, nos termos do art. 20 da mesma Lei Complementar.

CAPÍTULO II DAS RECEITAS E DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 3º Constituem receitas do FETMRS, conforme Art. 18 da Lei Complementar nº 171/2024:

- I - os valores arrecadados por meio da Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos (TMRS), observado o fluxo financeiro descrito no Art. 4º deste Decreto;
- II - as multas aplicadas em decorrência do descumprimento da legislação ambiental municipal ou estadual relacionada à gestão de resíduos sólidos;
- III - doações, legados e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- IV - recursos oriundos de convênios, contratos, acordos e parcerias firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, cujos objetos se alinhem às finalidades do Fundo;
- V - outras receitas que lhe forem legalmente atribuídas.

CAPÍTULO III DA GESTÃO FINANCEIRA E DO FLUXO DE RECURSOS DA TMRS



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 4º A gestão financeira dos recursos provenientes da arrecadação da TMRS observará o seguinte fluxo operacional, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.757/2025:

I - O SAAEB Ambiental, na qualidade de órgão autorizado pelo art. 1º da Lei Municipal nº 5.757/2025, efetuará a arrecadação da TMRS.

II – Os recursos arrecadados da TMRS serão depositados pelo SAAEB Ambiental em conta bancária específica, destinados à posterior transferência para a conta específica vinculada ao FETMRS.

III – Mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, e antes de transferir o saldo para a Conta Principal do Fundo, o SAAEB Ambiental deduzirá da Conta de Arrecadação, conforme a ordem de prioridade estabelecida pelo art. 3º da Lei Municipal nº 5.757/2025, os valores referentes:

a) à cobertura das despesas diretas e indiretas incorridas pelo SAAEB Ambiental na gestão da arrecadação da TMRS e na administração, fiscalização e da execução indireta dos serviços de manejo de resíduos sólidos (MRS) autorizados pela Lei Municipal nº 5.757/2025, incluindo custos administrativos, operacionais e pagamentos a contratados; e

b) ao eventual repasse à Prefeitura Municipal do valor correspondente aos custos econômicos de outras atividades complementares do MRS, executadas de forma direta ou indireta pela Prefeitura, devidamente especificadas em ato próprio e aprovadas previamente pelo Conselho Gestor, estando esse repasse limitado ao saldo remanescente após a dedução mencionada na alínea “a”.

IV - O saldo remanescente na Conta de Arrecadação, após as deduções previstas no inciso III, será integralmente transferido pelo SAAEB Ambiental para a Conta Principal do Fundo, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à arrecadação.

V - O SAAEB Ambiental manterá escrituração contábil segregada para os recursos da TMRS arrecadados e para as despesas custeadas conforme o inciso III, alínea “a”, garantindo a transparência e o controle, e apresentará relatórios mensais detalhados ao Conselho Gestor, na forma e prazo definidos em regimento interno ou resolução do Conselho, conforme exigência do art. 4º da Lei Municipal nº 5.757/2025.

Art. 5º As demais receitas do FETMRS, previstas nos incisos II a V, do Art. 3º deste Decreto, serão depositadas diretamente na conta principal do Fundo.

Art. 6º Na hipótese de a arrecadação mensal da TMRS ser insuficiente para custear integralmente as despesas prioritárias do SAAEB Ambiental previstas no art. 4º, inciso III, alínea “a” deste Decreto, conforme estabelecido no art. 5º da Lei Municipal nº 5.757/2025, de 2025, adotar-se-á o seguinte procedimento:

I - O SAAEB Ambiental apurará o déficit mensal e o comunicará formalmente, com a devida justificativa e demonstrativo de cálculo, ao Conselho Gestor, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

II - O Conselho Gestor deliberará, em reunião extraordinária a ser convocada em até 3 (três) dias após a comunicação, sobre a existência de saldo disponível e suficiente na Conta Principal do Fundo para cobrir o déficit comunicado.

III - Havendo saldo disponível e suficiente na Conta Principal do Fundo, o Conselho Gestor autorizará a transferência do valor necessário para a Conta de Arrecadação, a fim de cobrir a insuficiência.

IV - Caso não haja saldo na Conta Principal do Fundo, ou este seja insuficiente para cobrir integralmente o déficit, o Conselho Gestor emitirá comunicado atestando a insuficiência e comunicará oficialmente o SAAEB Ambiental e a Diretoria Administrativa de Gabinete.

V - Recebida a comunicação de insuficiência do Conselho Gestor, o SAAEB Ambiental formalizará a solicitação de complementação financeira ao Município, que deverá efetuar-la diretamente à Autarquia por meio de repasse do Tesouro Municipal, no prazo de até 15 dias úteis, nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 5.757/2025.

CAPÍTULO IV **DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA:** **CONSELHO GESTOR E SECRETARIA COORDENADORA**

Art. 7º A administração do FETMRS compete ao Conselho Gestor, órgão colegiado de caráter deliberativo, com sua composição definida conforme o art. 19 da Lei Complementar nº 171, de 2024.

§ 1º O Conselho Gestor será composto por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, com a seguinte distribuição:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Governança Pública;

III - 2 (dois) representante do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro - SAAEB Ambiental; e

IV - 4 (dois) representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com atuação comprovada na área de gestão de resíduos sólidos.

§ 2º A Presidência do Conselho Gestor será exercida pelo representante titular da Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro - SAAEB Ambiental.

§ 3º Os membros do Conselho Gestor, titulares e suplentes, serão nomeados por Portaria do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação formal dos órgãos e entidades representadas, no caso dos incisos I, II e III, e após processo de escolha ou indicação entre as OSCs legalmente constituídas e atuantes no município, para os representantes do inciso IV, conforme procedimento a ser definido em ato próprio.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho Gestor será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

§ 5º A participação no Conselho Gestor é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 8º Compete ao Conselho Gestor do FETMRS, além de outras atribuições definidas em lei ou em seu regimento interno:

- I - Definir as diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo depositados em sua conta principal, alinhadas às finalidades estabelecidas no Art. 2º deste Decreto e à Política Municipal de Resíduos Sólidos;
- II - Aprovar o plano anual de aplicação dos recursos do FETMRS, proposto pela Secretaria Coordenadora;
- III - Deliberar sobre a destinação dos recursos disponíveis na conta principal do FETMRS;
- IV - Analisar e aprovar previamente a celebração de toda e qualquer contratação, convênio, acordo, ajuste ou despesa que utilize recursos da conta principal do FETMRS (saldo transferido após deduções do SAAEB), observados os procedimentos legais cabíveis;
- V - Acompanhar e avaliar a execução físico-financeira das ações, projetos e programas financiados pelo Fundo;
- VI - Analisar e aprovar o orçamento anual proposto pelo SAAEB Ambiental referente às despesas estimadas para cobertura dos custos previstos no Art. 5º, inciso III, alínea 'a', como subsídio para o planejamento financeiro do sistema;
- VII - Analisar e aprovar os relatórios periódicos de execução das despesas realizadas pelo SAAEB Ambiental com os recursos deduzidos na forma do Art. 5º, inciso III, alínea 'a', verificando sua conformidade com as finalidades legais e o orçamento aprovado;
- VIII - Deliberar sobre a priorização de despesas, projetos e contratações a serem financiados pela conta principal do Fundo em caso de saldo insuficiente nesta conta para atender a todas as demandas aprovadas no plano anual ou consideradas necessárias;
- IX - Aprovar a prestação de contas anual do FETMRS, elaborada pela Secretaria Coordenadora, antes de seu envio à Câmara Municipal;
- X – deliberar sobre a cobertura de déficits do SAAEB com recursos da Conta Principal do Fundo;
- XI - elaborar e aprovar o seu regimento interno, detalhando seu funcionamento, a periodicidade das reuniões ordinárias, o quórum de instalação e de deliberação, os procedimentos para convocação de reuniões extraordinárias, bem como a definição de outras funções ou cargos necessários à organização e ao funcionamento interno do Colegiado, como Vice-Presidência e Secretaria das Reuniões, distintas das atribuições da Secretaria Coordenadora definidas no art. 9.
- XII - propor normas e procedimentos complementares relativos à gestão e operacionalização do Fundo;
- XIII - Elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Art. 9. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda será responsável pela coordenação geral do FETMRS, cabendo-lhe:



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

- I - Secretariar as reuniões do Conselho Gestor e dar suporte administrativo às suas atividades;
- II - Elaborar a proposta do plano anual de aplicação dos recursos e submetê-la à aprovação do Conselho Gestor;
- III - Gerenciar a conta bancária principal do FETMRS;
- IV - Preparar as prestações de contas anuais e outros relatórios de gestão;
- V - Executar as deliberações do Conselho Gestor relativas à aplicação dos recursos do Fundo.

CAPÍTULO IV DA TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 10. A gestão do FETMRS observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 11. O Poder Executivo enviará anualmente à Câmara Municipal de Bebedouro a prestação de contas detalhada do FETMRS, evidenciando a origem e a aplicação dos recursos, conforme Art. 22 da Lei Complementar nº 171/2024.

Art. 12. As informações sobre a arrecadação da TMRS, as deduções realizadas pelo SAAEB Ambiental, as transferências para o FETMRS, o saldo do Fundo e a aplicação dos seus recursos serão disponibilizadas de forma transparente à sociedade, por meio dos canais oficiais da Prefeitura Municipal e do SAAEB Ambiental, respeitadas as normas de sigilo fiscal quando aplicável.

Art. 13. A contabilidade do FETMRS será realizada em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, permitindo o controle e a fiscalização da vinculação das receitas às despesas finalísticas do Fundo.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 30 de abril de 2025.

Lucas Gibin Seren
Prefeito Municipal

Publicado na Secretaria da Prefeitura a 30 de abril de 2025

Ivanira A de Souza
Secretaria